

Reflexões sobre as redes sociais de suporte de mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo: considerações sobre a percepção do corpo e da sexualidade das mulheres

Reflections on women's social networks who suffered gender based violence perpetrated by intimate partner: considerations on body image and sexuality

Nathália Belluzzi Ribeiro¹, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de Souza²

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v32i1-3e203875>

Ribeiro NB, Souza CCBX. Reflexões sobre as redes sociais de suporte de mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo: considerações sobre a percepção do corpo e da sexualidade das mulheres. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2021-2022 jan.-dez.;32(1-3): e203875

RESUMO: *Introdução:* Tendo em vista a estrutura patriarcal da sociedade e as estratégias de controle dos corpos femininos utilizadas para a manutenção da mesma, entende-se que as violências de gênero repercutem no cotidiano das mulheres resignificando os sentidos atribuídos a seus corpos e sexualidade, sendo importante considerar que tal resignificação passa pela mediação das redes sociais de suporte das mulheres. *Objetivo:* Compreender a influência das redes sociais de suporte junto às mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo, no processo de percepção de si, do seu corpo e da sexualidade. *Metodologia:* Pesquisa qualitativa que se utilizou da análise de conteúdo para analisar entrevistas semiestruturadas virtuais com 5 jovens mulheres influenciadoras digitais. *Resultados:* Foram identificadas 3 categorias analíticas que gravitam sobre as ideias de uma culpabilização pela violência vivida; as marcas da violência sobre os corpos e a sexualidade das mulheres; e o papel das redes sociais e de suporte para a superação ou manutenção da violência. *Conclusão:* O papel da rede social desenvolve-se tanto no apoio, quanto na reafirmação das violências vividas. Essas violências impactam o corpo, a sexualidade, e o cotidiano das entrevistadas. Cabe ao terapeuta ocupacional pensar em estratégias para resignificar a violência vivida, o sentido dos corpos e da sexualidade das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Rede social; Violência de gênero; Mulheres; Violência perpetrada por parceiro íntimo.

Ribeiro NB, Souza CCBX. Reflections on women's social networks who suffered gender based violence perpetrated by intimate partner: considerations on body image and sexuality. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2021-2022 Jan.-Dec.;32(1-3):e203875

ABSTRACT: *Introduction:* Bearing in mind the patriarchal structure of society and the strategies to control female bodies used to maintain it, it is understood that gender violence affects women's daily lives, giving new meaning to their bodies and sexuality, being important to consider that such resignification involves the mediation of women's social support networks. *Objective:* To understand the influence of social support networks on women who have suffered gender violence in the process of building their bodies and sexuality. *Methodology:* Qualitative research that used the content analysis method to analyze virtual semi-structured interviews with 5 young digital influencers. *Results:* Three analytical categories were identified that gravitate towards the ideas of blaming the violence experienced; the marks of violence on women's bodies and sexuality; and the role of social networks in overcoming or maintaining violence. *Conclusion:* The role of the social network is developed both in support and in reaffirming the violence experienced. These violences impact the body, sexuality, and daily life of the interviewees. It is up to the occupational therapist to think of strategies to re-signify the violence experienced, the meaning of women's bodies and sexuality.

KEYWORDS: Social network; Gender-based violence; Women; Violence perpetrated by intimate partners.

O artigo é parte do Projeto de Iniciação Científica “Violências Baseadas no Gênero: as redes sociais de apoio e o processo de (des)construção da sexualidade e do corpo da mulher”, desenvolvido pela graduanda Nathália Belluzzi Ribeiro e orientado pela Prof^a Dr^a Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de Souza, em 2021

1. Discente do Curso de Terapia Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0659-7453>. E-mail: nrbelluzzi@usp.br
 2. Docente temporária e Terapeuta Ocupacional do Curso de Terapia Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3268-8316>. E-mail: camila.reata@usp.br
- Endereço para correspondência:** Nathália Belluzzi Ribeiro. Rua Cipotânea, 51, São Paulo, SP. CEP: 05508-050. E-mail: nrbelluzzi@usp.br

INTRODUÇÃO

O corpo e a sexualidade das mulheres são marcados por vestígios históricos de lutas frente às violências e desigualdades de gênero. As violências vividas pelas mulheres são apoiadas pelo Estado, reproduzidas pela religião, família e na esfera produtiva¹, configurando-se enquanto ferramentas utilizadas pelo sistema capitalista para justificar a expropriação de mulheres e a disciplinarização de seus corpos².

O controle dos corpos e da sexualidade feminina tem repercussões e enraizamentos na cultura brasileira desde a colonização³, utilizando-se de estratégias que rebaixam as mulheres a um lugar de não-cidadãs ou não-humanas⁴, e, portanto, passíveis de sofrerem violências. Os processos de desumanização das mulheres e do feminino se acentuam quando se consideram mulheres que divergem do padrão social burguês relativos à cor de pele, orientação sexual, transgeneridade e classe, e tais interseccionalidades acentuam processos de exclusão social e, conseqüentemente, pioram o acesso a direitos⁵.

É necessário destacar a definição de violência da Organização Mundial de Saúde⁶ enquanto o “(...) uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (p.5)”.

Apesar de sua complexidade, esta definição não é suficiente para o reconhecimento da existência de violência de gênero, principalmente pela dificuldade cultural em considerá-la enquanto tal, pois são inúmeras as estratégias de normalização das mesmas, assim como a forte estrutura de desigualdades e discriminações às quais as mulheres estão submetidas⁷.

Assim, é urgente que a violência seja considerada através de uma perspectiva dos direitos humanos⁸, visto que violam, por exemplo, os direitos à vida, à liberdade, à autonomia e igualdade levando em conta seu impacto negativo nas vivências sociais, políticas e econômicas de mulheres⁹. Partilha-se do proposto por Celmer¹⁰, de que há um caráter amplo e multifacetado das violências – simbólicas, psicológicas, emocionais ou físicas –, e da necessidade de pensá-las no plural. Da mesma forma, é necessário que sejam levadas em conta as múltiplas determinações das violências, bem como as condições socioculturais e materiais onde e com quem elas acontecem¹¹.

Assim, as violências vividas pelas mulheres repercutem em seu cotidiano, ganhando capilaridade na

construção de seus corpos, de sua sexualidade e cotidianos. Para Wolf¹², a produção de violência frente ao chamado mito da beleza, construído a partir da repressão sexual da mulher e de um distanciamento proposital entre corpo, política, emoções e finanças, coloca o corpo feminino a serviço das instituições masculinas e do poder do homem.

Para poder compreender as violências de gênero, há que se distanciar de definições de gênero deterministas que aprisionam homens e mulheres em determinados construtos e legitimam o funcionamento de uma estrutura opressiva. Parte-se da concepção de Butler¹³, onde o conceito de gênero não pode ser simplificado a um substantivo, ainda que seja performaticamente produzido ou que socialmente se espere uma determinada *performance* em consonância com o gênero, inclusive enquanto um instrumento de controle social sobre os corpos¹³.

Também a sexualidade pode ser entendida como uma construção social, já que para Bourdieu¹⁴, “(...) o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (p.18). Conseqüentemente, entende-se a sexualidade como mais um alvo do controle, já que é indissociável do corpo e “(...) não é simplesmente uma função biológica; ao contrário, é um sistema de ideias e práticas sociais profundamente implicados na formação das desigualdades sociais” (p.120)¹⁵.

Considerando a produção sociocultural das violências perpetradas contra a mulher, entende-se que não se pode deixar de considerar as redes sociais de suporte neste debate. Tais redes correspondem à construção das redes microsociais pessoais, sendo elas uma soma das relações que um indivíduo percebe como significativas para si, correspondendo ao seu nicho interpessoal¹⁶.

A rede social de suporte pode ser importante para a manutenção de situações de violência no cotidiano de mulheres, ou então, podem validar a ocorrência das mesmas e apoiar as mulheres a produzirem rupturas. Assim, as redes podem ser compostas tanto por perpetradores de violência e por pessoas coniventes a ela, quanto por pessoas capazes de acolher e oferecer suporte para as mulheres produzirem outros modos de andar a vida¹⁷.

Também decidiu-se pensar sobre a violência de gênero por meio de uma perspectiva que considere as redes sociais e de suporte devido à uma escassa produção da literatura sobre o tema que considere também atitudes negativas das redes em relação à violência de gênero. Segundo Meneghel¹⁸, há uma recorrente falta de empatia e solidariedade da rede social e de suporte de mulheres violentadas, marcas visíveis das concepções de gênero tradicionais.

Ademais, as naturalizações das diversas violências têm grande impacto na vida das mulheres e de suas redes

sociais e de suporte, sendo necessário que terapeutas ocupacionais levem este ponto em consideração para a produção do cuidado em saúde. É necessário, para tanto, conhecer a composição dessa rede e suas concepções de gênero, a fim de que projetos de cuidado que envolvam a rede possam identificar figuras que auxiliem no rompimento das situações de violências vividas.

Este artigo visa compreender a influência das redes sociais de apoio junto às mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo na percepção de si, do seu corpo e sexualidade.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto de pesquisa qualitativa, parte de um projeto de iniciação científica, que realizou entrevistas semiestruturadas com cinco jovens mulheres (entre 20 e 30 anos de idade), que sofreram violências perpetradas por parceiro íntimo.

As mulheres foram intencionalmente selecionadas a partir da mídia social Instagram, a partir de contas públicas de influenciadoras digitais que já realizavam discussões sobre a temática da violência contra a mulher e, principalmente, que relatavam experiências pessoais de superação de situações de violências perpetradas por parceiro íntimo. A escolha dessas mulheres pretendeu considerar também uma diversidade no que diz respeito a idade e perfil socioeconômico.

A busca no aplicativo se deu por palavras como “violência contra a mulher” e “feminismo”. A partir dos resultados visitou-se os perfis e analisou-se as postagens a fim de avaliar se discutiam sobre violência de gênero e se relatavam experiências pessoais. Dos perfis que correspondiam ao esperado, selecionaram-se os perfis mais ativos. O primeiro contato com essas mulheres foi realizado por meio das mensagens privadas do Instagram, no qual discorreu-se sobre a pesquisa, seus objetivos e foi feito o convite para participar. Nem todas as mulheres convidadas aceitaram participar da pesquisa. Algumas não responderam às mensagens, outras não demonstraram interesse ou não estavam disponíveis para a realização das entrevistas. No total 13 mulheres foram convidadas, havendo 8 recusas. As cinco mulheres selecionadas para as entrevistas responderam à mensagem inicial de apresentação da pesquisa, demonstraram interesse e disponibilidade em participar da pesquisa.

Após o aceite das selecionadas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) era enviado a elas para que pudessem ler, e, num momento a posteriori, a pesquisadora explicava o TCLE, tirava as dúvidas remanescentes e ele era, então, assinado.

O TCLE assegurava, para além da permissão para a gravação do áudio da entrevista realizada de forma online, a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento do estudo, além de assegurar às entrevistadas o direito de responder apenas às questões que se sentissem confortáveis. Também garantia anonimato às entrevistadas e às pessoas citadas por elas.

Elas teriam a possibilidade de mudar sua entrevista, caso desejassem, enquanto o estudo durasse. Por se tratar de um tema delicado com entrevistas realizadas de forma online, via plataforma Google Meet devido à pandemia por covid-19, apesar de serem realizadas em data e horário escolhidas pela entrevistada, aconselhou-se às entrevistadas a usarem fones de ouvido durante a entrevista e escolherem um local onde pudessem ficar sozinhas e que se sentissem seguras. Todas as entrevistas foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2021, e tiveram duração média de 1 hora.

As gravações de áudio foram destruídas após a transcrição. As transcrições foram entregues para a aprovação das entrevistadas. Foi disponibilizado um serviço de escuta e acolhimento pelas pesquisadoras, caso as entrevistadas avaliassem que a participação na pesquisa lhes trouxe sofrimento ou desconforto.

Nenhuma entrevistada desistiu de participar da pesquisa ou solicitou alteração do conteúdo da entrevista. Não houve demanda pelo serviço de escuta e acolhimento oferecido pelas pesquisadoras.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas, primeiramente, coletava informações quanto à idade, cor da pele autorreferida, escolaridade e estado civil. Em um segundo momento, eram apresentadas as questões que versavam sobre: como as desigualdades sociais entre homens e mulheres impactavam o dia a dia; era pedido que a entrevistada relatasse uma situação em que se sentiu intimidada, inferiorizada, ridicularizada, controlada, forçada a fazer algo, assediada, xingada repetidamente por homens; era questionada a percepção da entrevistada sobre seu corpo antes e depois da situação narrada; quais as percepções das entrevistadas quanto a sua sexualidade após a situação narrada; como a rede de amigos e familiares ofereceu apoio na situação de violência narrada; e como a entrevistada acreditava que o apoio desta rede influenciou nas mudanças percebidas em seu cotidiano. Era solicitado que as entrevistadas dessem um conselho para alguém vivendo uma situação de violência parecida com a que relatou; e, por fim, era perguntado o que gostariam de falar para um homem que realiza ações violentas como as que elas viveram.

Optou-se por apresentar uma gama de situações que poderiam ser compreendidas enquanto violência, no roteiro, devido à frequente naturalização de situações de violência de gênero e também relacionadas à dificuldade em nomear muitas dessas ações enquanto violência¹⁹.

Utilizou-se o método de análise de conteúdo²⁰ para o tratamento dos dados coletados. As transcrições foram lidas até a impregnação procurando-se definir categorias analíticas, de maneira a possibilitar a codificação e a representação do conteúdo presente nos discursos em unidades de registro por tema²⁰, nos quais os resultados foram organizados, a saber: Culpabilização pela violência vivida; As marcas da violência sobre os corpos e a sexualidade das mulheres; e o Papel das redes sociais e de suporte para a superação ou manutenção da violência.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ética para Análise de Projetos de Pesquisa (CAPPesq) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo com o número CAAE 50025321.6.0000.0068 e parecer número 5.029.162 em 8 de outubro de 2021. Vale a ressalva que a pesquisa só se iniciou após a aprovação do projeto de pesquisa pela CAPPesq.

Para preservar o anonimato das entrevistadas, serão aqui nomeadas como M1, M2, M3, M4 e M5.

RESULTADOS

Dentre as mulheres entrevistadas, M1, M3 e M5 tinham o ensino superior completo e/ou estavam cursando-o. M4 era Pós-Graduada e M2 era mestranda. M3 declarou-se parda, enquanto as demais (M1, M2, M4 e M5) declararam-se brancas. M3 era a única que era mãe.

Culpabilização pela violência vivida

O corpo feminino é narrado enquanto um corpo objeto, à mercê da violência no cotidiano e em todas as fases da vida. Isso tem influência sobre os modos de andar a vida¹⁷ das entrevistadas:

Já fui xingada por homens. (...) É muito difícil uma mulher que não passe por, no mínimo, uma dessas situações. (M1)

(...) eu digo assim que a violência simbólica, ela é uma violência tão silenciosa que ela adentra o nosso corpo por determinados mecanismos e fazem com que essas pessoas, esses agentes, eles percebam que nosso corpo não tem regras. Que eles podem adentrar no nosso corpo quando eles quiserem. (M2)

Acho que desde o momento que a gente nasce e que furam ali a nossa orelha, já é uma violação do nosso corpo... Já é como se nosso corpo fosse público e em tese fique 'ah, tá tudo bem, a gente pode furar a orelha dela porque ela é menina' e do menino não... (M4)

(...) quando nós estamos nesse ciclo de violência... nós pensamos assim 'não tem mais pra onde ir', 'não tem mais o que fazer', 'esse aqui é o meu destino', 'foi uma escolha que eu fiz, é isso que me resta'. (M3)

M3 fala sobre como algumas medidas estatais de proteção podem ser difíceis de serem compreendidas efetivamente enquanto proteção após uma trajetória de vida repleta de violências. A presença da polícia e ações de proteção narradas eram lidas a partir de um sentimento de culpa, em um primeiro momento, até que a entrevistada compreendeu que não era culpada, que a polícia não estava ali para controlá-la e que seu corpo, acostumado a ser violentado, não precisava ter receio das medidas de proteção implementadas:

Quando eles me explicaram a situação do abrigo eu falei assim 'Por quê que eu vou ficar presa?', você não pode ter celular, você não pode levar nada... Você tem direito a um telefonema por dia. você pode falar com uma pessoa. (...) Tudo que eu vou fazer fora do abrigo, a polícia vem, pega, te leva... Como se fosse um criminoso... (...) Ai eu me vi assim 'senhor, eu vou ficar presa por uma coisa que eu não cometi?! Eu não fiz nada!', mas depois a gente vai analisar que é pro nosso bem, entendeu? Você tá ali, mas você não tá presa, você não tá cometendo um crime. (...) (M3)

As entrevistadas narram mecanismos cotidianos individuais para evitar ou minimizar violências, com o intuito de se protegerem. Para tanto, buscam remodelar suas atividades, ocupações e sua circulação na cidade. Relatam a necessidade de estarem sempre atentas:

E por conta de experiências anteriores, por ser mulher, eu sempre ando na rua em alerta, sempre tomando cuidado pra ver se não tem ninguém me seguindo, ninguém olhando muito... Prestando sempre atenção na pista pra ver se não tem carro andando devagar perto de mim. (5)

(...) Naquele momento eu também percebi que não importa a nossa roupa. (...) É o fato de mostrar que eles podem, que é o domínio do nosso corpo. Nosso corpo se torna público pra eles. Então, eu evitava andar em lugares públicos,

principalmente se eu fosse sozinha, no deslocamento de ir pra faculdade, voltar da faculdade... de usar uma roupa muito curta ou muito chamativa. Eu evitava, pra evitar o assédio. (...) às vezes eu queria, assim, ser invisível, sabe? Tipo, que nem um homem, aliás. (M1)

As violências domiciliares perpetradas por parceiro íntimo, possuem uma prevalência significativa na sociedade⁹. Em conformidade com a literatura, as entrevistadas enumeram diversos tipos de violência vividas, dentre elas a simbólicas e a psicológica. A mais comentada é o questionamento das capacidades cognitivas e da sanidade da mulher, persuadindo-a a desacreditar de suas potências, ou manipulando-a a crer na sua responsabilidade pela violência perpetradas contra elas:

(...) no primeiro relacionamento, ele ficava me induzindo a achar que eu tava fazendo tudo errado. (...) depois que a gente passa pelas coisas, a gente vai percebendo que sim, que eram violências, que eram relacionamentos tóxicos, porque até no momento a gente não percebe. (M2).

(...) o cara fez muito gaslighting comigo que era aquela manipulação de eu saber que tinha uma coisa errada e ele ficava 'não, você tá louca... não tá acontecendo nada' e ele tava me traindo. (M1)

A gente pensa assim 'Ah, ele não me bateu, ele não me xingou... Ele só dizia que eu era louca, então isso é menor', mas na verdade isso me atingiu, muito assim, mais do que eu imaginava. E olha que eu só tive noção muito tempo depois, que eu estava abalada com isso. (M1)

Ele [professor] falava pra mim que eu ia melhorar quando eu me descobrisse mulher de verdade, quando eu... desabrochasse... E ele ia me ajudar a fazer isso. Se eu quisesse melhorar teria que ser assim, porque eu era muito tímida, eu era muito fechada, então eu tinha que me mostrar. E o sexo tinha muito a ver com isso, então ele tinha um discurso muito bem elaborado, uma lábia muito boa. Ele conseguiu me manipular de uma forma tão... não sei, muito inteligente... E conseguiu que eu o deixasse fazer o que ele queria. (M5)

Mesmo com a presença das mulheres em espaços predominantemente masculinos, como nos ambientes de trabalho fora do lar, as entrevistadas percebem que ainda há uma divisão entre o público, espaço masculino, e o privado, espaço feminino³:

Meu irmão era sempre encorajado... E eu não. Porque menina não dirige, porque é uma criação machista. E... cara, dirigir pra mim foi uma questão que eu precisei fazer terapia... hoje eu dirijo, mas eu tenho 32 anos e até eu me tornar confiante... (M4)

Essas coisinhas, 'lugar de mulher é na cozinha', 'mulher não pode trabalhar', 'mulher não pode ter suas independências', (...) Nós somos muito subjugadas. (M3)

No discurso de M2, nota-se como a violência de gênero interfere em sua atividade laboral. Em seu cotidiano são reproduzidos valores de uma cultura patriarcal, onde homens e mulheres são corpos sujeitos a diferentes tipos de violência: a violência doméstica (do âmbito do privado) para as mulheres, e a violência urbana (do âmbito público) para os homens. Ademais, o discurso apresentado reforça o ideal de mulher enquanto um ser frágil³, quando homens poupam as mulheres de certos temas considerados violentos:

(...) Pra eles [colegas homens do trabalho] eu não poderia fazer [reportagens com temas violentos]. Então quando eles diziam 'você não pode', não era você não pode porque você não consegue, era 'você não pode porque você é mulher'. (...) Assim, tinha algumas pautas [do jornalismo] que, para eles, eram pesadas. Eram as que envolviam polícia, envolviam crimes, tal... E pra eles, muitas vezes, eles diziam que não era pra eu ir por eu ser mulher, porque aquilo era muito pesado pra mim. Eu já fui retirada de determinadas coisas por ser mulher, então mesmo eu sendo profissional, eu não poderia ir por ser mulher. (M2)

As marcas da violência sobre os corpos e a sexualidade das mulheres

O corpo da mulher é depositário de muitas violências, tanto perpetradas pelo outro, quanto pelas próprias mulheres. Ele é um lugar onde existir sem culpa não é a regra. Assim, as mulheres passam a destituir-se de si, apagam-se ao internalizar identidades e ideais hegemônicos que muitas vezes não concordam ou aos quais seus corpos não se adequam, assim como revivem as violências vividas pelas marcas, muitas vezes invisíveis após a cicatrização das feridas, deixadas pela violência sobre seus corpos:

Porque que nem eu falei, a ferida ela cicatriza, mas ela não some. As marcas que ficam são muito grandes. (M3)

(...) quando eles [parceiros/colegas abusivos] me diziam determinadas coisas eu, de certa forma, não gostava de mim. E não é só não gostava de mim e das minhas atitudes, mas não gostava de mim além da minha personalidade, as formas que o meu corpo tinha, por exemplo. Então por muitas vezes eu quis não pertencer a esse corpo que eu estou agora, então é muito difícil ainda falar sobre isso. (M2)

Eu vivi um relacionamento de cinco anos com o meu ex-companheiro e foi um relacionamento bastante abusivo... Sofria agressões de todos os gêneros: psicológico, moral, física, patrimonial... todas. E ele me diminuía bastante, inclusive quando nos separamos ele falou assim, que eu era feia, era gorda, que eu não ia arrumar ninguém, 'se enxerga', sabe? Esses julgamentos, assim, que me ofenderam muito. (...) em algumas situações, eu senti que eu era incapaz mesmo. Quando eu comecei a fazer biomedicina, eu larguei... por causa disso tudo. Mas quando eu acordei, pra vida, que eu precisava voltar a estudar porque eu não posso aceitar essa situação, eu vi que... eu mudei. Porque até então eu me sentia realmente inferior... em tudo. (M3)

Porque nós, quando cometemos esse tipo de escolhas [ter um relacionamento com um homem perpetrador de violência], automaticamente a gente se julga. Nos sentimos culpadas. E eles também... o abusador... o agressor; ele faz com que a gente se culpe pela agressão. (M3)

Devido ao viés repressivo com que enxergam seu corpo e sexualidade, fica mais difícil de expressá-lo e aceitá-lo. De tal maneira, as mulheres tendem a esconder sua sexualidade e seu corpo, ou tentam reformá-lo para que ele atenda a um determinado padrão hegemônico, como se ao se aproximarem desse padrão ou ao se invisibilizarem, pudessem se proteger de sofrer violências e, conseqüentemente, aliviar seu sentimento de culpa pela violência vivida:

Eu fiquei doente um tempo por conta de autoestima, eu comecei a emagrecer muito porque eu não queria comer... e esse meu professor [da escola] falava muito pra gente, pegava muito no nosso pé sobre dieta, sobre a gente ter um corpo... falava muito de ser gostosa e... depois de um tempo isso me incomodou muito e eu não queria ser a gostosa, porque isso [violência] aconteceu comigo porque eu era gostosa. (...) A gente cria um monte de paranoia, não quer chamar atenção, como se... dependesse da nossa roupa pra alguém mexer com a gente. (M5)

Tudo mudou completamente depois que eu descobri que eu sofri um abuso... Então basicamente eu não conseguia ter uma relação íntima com o meu parceiro, porque... me dava pânico, me dava... nossa, era horrível... Hoje em dia eu ainda tenho algumas limitações, mas eu já tô bem melhor em relação a isso. (M5)

(...) Mas, por muitas vezes, até mesmo ficar de biquíni, ficar de lingerie, em determinados momentos, com certeza, eu achava que o meu corpo não era bom o suficiente. Então por muitas vezes eu escondia esse corpo, por muitas vezes eu achava que eu não daria conta de estar em determinados locais, determinados momentos porque o meu corpo não era bom o suficiente pra aquilo. (M2)

Mas depois desse elogio [diz com ironia] eu passei a só ir de jeans, então eu só ia de calça jeans, de blusa comprida, então eu acho que sim, com certeza mudou. Porque depois que eu percebi que realmente ele não tava falando que a minha roupa era bonita, ele tava me assediando, então depois que eu percebi isso, eu mudei a forma que eu tava me vestindo. (M4)

Agora depois dele foi que aconteceu que eu fiquei com medo assim de me relacionar e... não confiava mais. (M1)

Papel das redes sociais e de suporte para a superação ou manutenção da violência

Compreender e nomear as situações de violência demandou tempo e apoio de uma rede social e de suporte que validasse a violência enquanto tal. Mas, muitas vezes, a rede social só nomeava como violência atos que transpareciam fisicamente no corpo das entrevistadas em forma de machucados²¹. Por conta disso, romper com a violência parece exigir, sobretudo movimentos individuais das mulheres. Elas discorrem sobre suas perdas e novas violências que podem sofrer ao denunciar ou revelar a violência vivida. Tal atitude impacta, segundo elas, as suas famílias, os seus projetos e a si mesmas.

(...) porque um monte de gente fala assim 'ah, por que ela não saiu antes?', 'por que ela não separou antes?', 'ficou cinco anos com ele apanhando'... Mas não é bem assim. Ele ameaçava a minha família, ele ameaçava meus filhos... e a pressão psicológica... se eu não voltasse, ele ia atrás da minha família, então, eu acho que o que eles puderam fazer por mim, eles fizeram. (...) na época das agressões

eu acho assim, que a família, ela tenta fazer de tudo, mas é papel fundamental uma decisão nossa.” (M3)

(...) Porque eu acho que se no momento que eu estava passando determinadas coisas, eles [amigos] tivessem conversado comigo como conversaram depois, talvez eu tivesse acabado muito antes esse relacionamento. (M2)

As mulheres colocam as redes sociais como porto seguro em seu processo de superação da violência:

A minha família... Ela foi... um instrumento muito importante nesse momento, eu acho que o apoio da família e dos amigos nesse momento é muito importante, muito, muito mesmo, faz toda a diferença. (M3)

Eu acho que... Antes mesmo de ler sobre, de pesquisar sobre eles [amigos] foram as pessoas que chegaram pra mim e abriram meus olhos e disseram ‘olhe, não vai voltar [risada] não vai voltar [com ele]’... (M2)

O apoio de mulheres da rede social é narrado como importante para a superação da violência. Por se reconhecerem umas nas histórias das outras, podem olhar para si e se fortalecer com o acolhimento do sofrimento, possibilitando a construção de uma caminhada até uma possível ruptura das situações de violência.

(...) as minhas amigas, elas foram muito importantes no processo também... (...) uma amiga minha chegou pra mim e falou ‘olha, você não é louca. Se o cara tá te fazendo duvidar da sua sanidade, então você tem que... alguma coisa tá errada. E é com ele e não é com você.’. Então assim, foi muito importante essa minha amiga ter me falado isso pra cair minha ficha. (...) eu acho que a amizade, principalmente com mulheres feministas é um porto muito seguro. A gente acaba se acolhendo, e aprendendo juntas, crescendo juntas. E estar entre mulheres é muito fortalecedor. É importante pra você se sentir bem enquanto mulher também, porque são as mesmas vivências, elas entendem os mesmos problemas... enfrentam as mesmas violências, então a gente consegue ser muito cúmplice. (M1)

(...) a rede que a gente criou... a gente fez um grupo de todas as mulheres que passaram pela mão desse cara. Nos fortaleceu muito, muito mesmo. Tanto que foi daí que surgiu a página [do Instagram] ... (...) E... quando elas decidiam denunciar, a gente ia junto. Tanto que chegou um tempo de ir cinco, seis mulheres juntas pra delegacia, pra denunciar. Então isso é muito incrível, dá muita coragem, muita força. (M5)

Apesar do apoio proporcionado pela rede social, é também esta rede quem legitima a violência perpetrada pelos homens e a obrigação feminina em suportá-la:

Na época, as minhas amigas, elas não souberam me apoiar da forma que eu precisava porque elas ficaram muito assim ‘ah não, mas ele é um cara legal. Vocês terminaram de boa, não deu certo’ e eu senti que não era isso que eu precisava ouvir, sabe? (...) (M1)

e quando você vira pra sua amiga e fala ‘ah, eu acho que ele tá abusando psicologicamente de mim’ e ela fala ‘nossa, imagina! Calma, você fez alguma coisa de errado’. (M4)

As entrevistadas discorreram sobre a importância de se compartilhar as experiências vividas como forma de dar visibilidade à violência e evitar que outras mulheres passem pela mesma situação:

Eu acho que na época eu contei à alguns amigos meus, familiares eu acho que não, mas amigos da faculdade. Principalmente mulheres que já tinham estagiado no mesmo local ou já tinham trabalhado no mesmo local e... elas me relataram a mesma coisa que acontecia... que essa pessoa também assediava elas. Então eu acho que foi importante a gente falar sobre, mas se a gente tivesse falado sobre antes, talvez eu não tivesse sido assediada ou tantas outras meninas não tivessem sido assediadas. (M2)

DISCUSSÃO

Nos discursos analisados, o corpo feminino é um corpo violentável, que precisa estar atento e se submeter ao controle de seu corpo e sexualidade para prevenir novas violências. Ademais, as entrevistadas enfrentaram dificuldades para identificar as violências nos momentos em que as vivenciaram.

Isto tem reverberações socioculturais com o modo como aprenderam a andar a vida¹⁷ enquanto mulheres desde a infância. As dominações sobre os corpos e as desigualdades de gênero intrínsecas à cultura ocidental reforçam tais pressupostos sobre o corpo feminino por meio do brincar, dos códigos de vestimenta e nos comportamentos esperados², bem como nas possibilidades de ocupação do espaço público (trabalho, espaço político, escola, entre outros) ou privado (lares)¹ por mulheres.

Assim, as marcas deixadas pela violência ou pelo medo dela, em algum momento da história das entrevistadas influenciam a forma como vivem seus corpos, sexualidade

e cotidianos, ainda que seja visível um exercício intenso das entrevistadas para inventar novas formas de andar a vida¹⁷.

Nos discursos analisados, as redes sociais foram consideradas um importante apoio para que as mulheres rompessem com a violência vivida, como discutem Morrison et al.²¹, ou reiteraram o poder masculino sobre o corpo feminino, alinhados à uma lógica hegemônica, legitimando a violência.

Apesar das situações de violências vividas pelas entrevistadas serem parecidas, o entendimento sobre tais situações e as rotas que as mulheres traçaram após sofrerem violência variou de acordo com a idade, crenças, e concepções sobre o feminino⁹. Consequentemente, também as respostas que essas mulheres receberam de suas redes sociais variaram de acordo com estes mesmos fatores.

É importante considerar a participação do perpetrador da violência enquanto parte da rede social de suporte das mulheres entrevistadas. Eles, apesar de não oferecerem apoio, foram ou são parte das relações significativas estabelecidas pelas mulheres, tendo influência na construção de seus corpos, sexualidade e cotidiano, assim como os demais membros da rede¹⁶.

Ademais, as violências vividas pelas mulheres também são legitimadas pelos silêncios dos profissionais e instituições que fazem parte da rede social destas mulheres²¹. As entrevistadas raramente narraram apoios de profissionais ou instituições para a superação da violência.

Para Waldrop e Resick²², quanto mais disponível a rede social de suporte está e maior a sua disponibilidade para o acolhimento da mulher, haverá uma facilitação no enfrentamento da violência. Entretanto, observa-se que as entrevistadas tiveram dificuldades em relatar a violência para pessoas de suas redes sociais de suporte. Isso pode ter ocorrido pela dificuldade das entrevistadas em confiar ou se sentirem acolhidas pelas redes sociais, pelo medo de serem desacreditadas ou culpabilizadas pelas violências vividas.

Contribuição das autoras: *Nathália Belluzzi Ribeiro*: Desenvolveu o projeto de iniciação científica que deu origem a este artigo. Participou da elaboração, desenho, análise de dados, redação e revisão crítica do texto deste artigo. *Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de Souza*: Orientou o projeto de pesquisa que deu origem a este artigo. Participou da elaboração, desenho, análise de dados, redação e revisão crítica do texto deste artigo. Todas as autoras estão de acordo com o texto final do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Chauí M. Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense; 1984.
2. Federici S. Calibã e a bruxa. São Paulo: Elefante; 2017.
3. Priore MD. Histórias e conversas de mulher. São Paulo: Planeta; 2013.
4. Collins PH. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.

CONCLUSÃO

As violências vividas pelas mulheres geram marcas profundas na construção de seus corpos e sexualidade, que são por elas controlados, corrigidos ou escondidos numa tentativa de evitar novas violências. As redes sociais de suporte têm papel central para ressignificar o corpo das mulheres e oferecer apoio para superar as situações de violência. Por outro lado, as redes sociais podem legitimar a violência de gênero, reafirmando o controle masculino sobre o corpo feminino. Assim, é necessário compreender em qual direção seguem as redes sociais de mulheres que sofreram violência.

Vale lembrar que o terapeuta ocupacional, assim como outros profissionais de saúde, compõe a rede social de mulheres que sofreram violência, e precisam formular projetos terapêuticos que produzam transformações culturais sobre gênero e colaborem para o rompimento das situações de violência.

É importante que os projetos de cuidado em saúde considerem a articulação existente entre a mulher, seu parceiro íntimo perpetrador de violência e as outras pessoas que compõem a rede social e de suporte dessas mulheres, conhecendo sua história de vida e afiliações ideológicas mais ou menos afinadas com as concepções hegemônicas de gênero, pois perpetrar ou sofrer violência, bem como superar tais situações, não podem ser consideradas ações individuais descoladas de um contexto sócio-histórico-cultural. Assim, tais projetos devem favorecer a rota crítica⁹ tomada pelas mulheres na superação da violência.

Este estudo possui limitações quanto à amostra, que teve a diversidade de participantes limitada pelas condições de acesso à internet e às mídias sociais. Assim, ficaram de fora mulheres de classes sociais mais pobres, analfabetas ou que não manejavam mídias digitais. Recomenda-se que novos estudos sejam feitos com uma amostra mais abrangente.

- Soc Estado. 2016;31(1):99-127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
5. Crenshaw K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Rev.* 1991;43(6):1241-99. <https://doi.org/10.2307/1229039>
 6. Krug EG, Dahberg LL, Mercy JA, Zur AB, Lozano R, editores. Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: Organização Mundial da Saúde; 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>
 7. Soihet R. O corpo feminino como lugar de violência. *Proj História (São Paulo)*. 2002;25:269-289. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592/7882>
 8. Saffioti HIB. Gênero, patriarcado, violência. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2011.
 9. Sagot M. Ruta critica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud; 2000. <https://doi.org/10.13140/2.1.4019.8726>
 10. Celmer G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: Almeida MGB. *A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Universitária da PUCRS; 2010. p.72-88.
 11. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc Estado*. 2014;29(2):449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
 12. Wolf N. *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 2020.
 13. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 20a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2020.
 14. Bourdieu P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2012.
 15. Bueno, W. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk; 2020.
 16. Sluzki CE. *A Rede social: proposições gerais*. In: *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1997.
 17. Canguilhem G. *O normal e o patológico*. 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária; 2009
 18. Meneghel SN, Bairros F, Mueller B, Monteiro D. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saúde Pública (Rio de Janeiro)*. 2011;27(4):743-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000400013>
 19. Schraiber LB, D'Oliveira AFPL. Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. *Athenea Digital*. 2008;14:229-236. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/athdig/15788946n14/15788946n14p229.pdf>.
 20. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70; 2002.
 21. Morrison KE, Luchok KJ, Richter DL. Factors influencing help-seeking from informal networks among African American victims of intimate partner violence. *J Interpers Violence*. 2006;21(11):1493-511. <https://doi.org/10.1177/0886260506293484>
 22. Waldrop AE, Resick PA. Coping among adult female victims of domestic violence. *J Fam Violence*. 2004;19(5):50-72. <https://doi.org/10.1023/B:JOFV.0000042079.91846.68>

